

# Rendimento Adequado em Portugal

UM ESTUDO SOBRE O RENDIMENTO SUFICIENTE  
PARA VIVER COM DIGNIDADE EM PORTUGAL

José António Pereirinha (coordenador)

Elvira Pereira

Francisco Branco

Maria Inês Amaro

Dália Costa

## **RENDIMENTO ADEQUADO EM PORTUGAL**

UM ESTUDO SOBRE O RENDIMENTO SUFICIENTE  
PARA VIVER COM DIGNIDADE EM PORTUGAL

### AUTORES

José António Pereirinha (coordenador)

Elvira Pereira

Francisco Branco

Maria Inês Amaro

Dália Costa

### EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

### DESIGN DE CAPA

FBA.

### PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

### IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Setembro, 2020

DEPÓSITO LEGAL

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objeto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

### RENDIMENTO ADEQUADO EM PORTUGAL

Rendimento adequado em Portugal : um estudo sobre o  
rendimento suficiente para viver com dignidade em  
Portugal / coord. José António Pereirinha  
ISBN 978-972-40-8371-1

I - PEREIRINHA, José A.

CDU 338

## APRESENTAÇÃO

Apresentam-se, neste livro, os resultados de um estudo realizado por uma equipa de professores universitários (da Universidade de Lisboa, da Universidade Católica Portuguesa e do Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE) que, em parceria com a EAPN Portugal (Rede Europeia Anti-Pobreza), procuraram responder à pergunta: *Qual é o nível de rendimento que permite um nível digno de vida em Portugal?*

O estudo, que foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CS-SOC/123093/2010), seguiu uma metodologia que combina o método consensual dos padrões orçamentais (*o que as pessoas pensam*) com a abordagem normativa de peritos (*o que a ciência nos ensina*) para estimar o nível adequado de rendimento em Portugal.

O conceito de «rendimento adequado», que tem ganho relevância no debate sobre direitos sociais e política social na União Europeia, remete para a identificação de valores de recursos considerados suficientes para possibilitar um nível de vida digno, para diversos tipos de família, numa dada sociedade. O conceito de «nível de vida digno», orientador da investigação e da quantificação do valor dos recursos necessários para o alcançar, foi ele próprio resultado de uma das primeiras etapas seguidas na investigação, e que estão descritas neste livro.

Os resultados obtidos têm grande relevância, quer para a medição da pobreza, quer para a discussão da adequação das políticas públicas em Portugal na realização do direito universal a um nível adequado de recursos. Devido à sua transparência, mais facilmente se poderão reunir consensos públicos relativamente a esses valores, conhecendo e tendo uma perspetiva crítica do método utilizado. Daí a importância que se atribui à descrição do método seguido para o seu cálculo.

Foram consultores deste projeto, a quem a equipa de investigação agradece o apoio obtido, de enorme valor em algumas fases decisivas do trabalho realizado: a equipa *MIS-RU* do Centre for Research in Social Policy (Prof. Donald Hirsch, Dr.<sup>ª</sup> Abigail Davis e Dr. Matt Padley da Universidade de Loughborough, Reino Unido), o Prof. John Veit-Wilson (Universidade de Newcastle), a Prof.<sup>ª</sup> Maria Manuela Silva e a Dr.<sup>ª</sup> Maria Eduarda Ribeiro.

O Prof. John Veit-Wilson teve um papel fundamental neste projeto de investigação, não só pelo suporte científico que a sua obra publicada deu à conceção do projeto, mas também pelos vários encontros, científicos e pessoais que com ele tiveram todos os membros da equipa, desde os primeiros contactos que motivaram o nosso interesse pelo tema até ao seminário de investigação onde se apresentaram e discutiram os primeiros resultados. Lamentamos a perda de um académico que é uma referência científica nesta área, mas também de uma pessoa com quem sempre tivemos uma excelente relação pessoal ao longo de toda a investigação, e que por ela sempre manifestou grande interesse. Lamentamos também que esta perda tenha impedido o Prof. Veit-Wilson de ver esta obra publicada.

É devido um agradecimento especial à Prof.<sup>ª</sup> Maria Manuela Silva, cuja atividade académica, atitude cívica e militância pelos valores sociais na nossa sociedade muito contribuíram como inspiração e fonte de motivação para este estudo, que acompanhou como consultora científica. Um agradecimento especial é também devido ao Eng.<sup>º</sup> Alfredo Bruto da Costa, pela sua participação ativa num *workshop* que muito contribuiu para que a equipa de investigação entendesse melhor o que se deve entender por *padrão de vida digno*. Infelizmente, ambos faleceram antes de verem esta obra publicada.

A equipa de investigação contou com a colaboração de vários peritos em algumas áreas importantes dos orçamentos de referência: na área da nutrição, a Prof.<sup>ª</sup> Maria João Gregório e o Prof. Pedro Graça (FCNA, Universidade do Porto); na área da habitação e energia, o Prof. Manuel Duarte Pinheiro (IST, Universidade de Lisboa); na área da saúde, o Prof. Vitor Ramos (ENSP, Universidade Nova de Lisboa) e a Dr.<sup>ª</sup> Filipa Manuel (USF Marginal).

Participaram neste projeto de investigação as seguintes bolsistas de investigação, que ficaram integradas nos centros de investigação dos respetivos investigadores: Anabela Correia (CAPP, ISCSP, Universidade de Lisboa), Brisa Jara (CESS, FCH, Universidade Católica Portuguesa), Margarida Ferreira (CAPP, ISCSP, Universidade de Lisboa) e Susana Brissos (GHES/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa). Participou ainda neste projeto de investigação o Prof. Francisco Nunes (UECE, ISEG, Universidade

de Lisboa). São também devidos agradecimentos à Dr.<sup>a</sup> Sandra Araújo, diretora-executiva da EAPN Portugal (Rede Europeia Anti-Pobreza), que acompanhou a equipa de investigação em alguns momentos cruciais e deu ajuda valiosa no recrutamento dos participantes em alguns grupos de discussão.

A equipa de investigação utilizou, na pesquisa realizada, dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) e do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) do Instituto Nacional de Estatística (INE), para vários anos de inquirição, pelo que se agradece a sua cedência pelo INE no âmbito do Protocolo de Cedência de Dados para Fins Científicos.

A equipa agradece a todas as instituições, públicas e privadas, que possibilitaram, nos concelhos de Beja, de Vila Nova de Gaia, de Vinhais, de Lisboa (freguesia da Estrela) e, de forma especial, de Vila Franca de Xira (onde a maior parte do trabalho de campo foi realizado) toda a colaboração e apoio obtidos na realização deste estudo, nas várias etapas que foram seguidas ao longo deste projeto de investigação.

É devido um agradecimento muito especial às dezenas de participantes que, de forma voluntária, com grande sentido cívico e enorme simpatia, compreenderam a importância deste estudo e aceitaram colaborar, despendendo muitas horas que retiraram ao seu tempo de lazer, em sessões de grupos de discussão focalizada (*focus groups*). Foram estas pessoas as que melhor compreenderam a importância do que «as pessoas pensam» como peça metodológica fundamental do nosso estudo.

JOSÉ ANTÓNIO CORREIA PEREIRINHA  
(*coordenador do projeto*)



## INTRODUÇÃO

O estudo cujos resultados se apresentam neste livro procurou responder à seguinte questão: *Qual é o nível de rendimento que permite um nível de vida digno em Portugal?* Foi um trabalho de investigação realizado por uma equipa de professores de três universidades portuguesas (Universidade de Lisboa, Universidade Católica de Lisboa e Instituto Universitário de Lisboa/ISCTE) e que permitiu trazer, para a investigação científica e para o debate académico no seio da Universidade portuguesa, algumas questões teóricas e metodológicas de determinação dos orçamentos familiares que permitam originar uma vida digna aos seres humanos na nossa sociedade, e assim se poder calcular um valor para o *rendimento adequado* nessa sociedade. Os resultados obtidos permitem, assim, colocar Portugal entre os países que, na União Europeia, têm orçamentos de referência (*reference budgets*) atualizados.

Este projeto surgiu num contexto universitário, a partir de vários encontros académicos e de muitas (e excelentes) afinidades pessoais entre colegas com formações académicas distintas, nas áreas científicas da Economia, da Sociologia e do Serviço Social. A natureza deste projeto justificava, *a priori*, esta composição científica multidisciplinar. A intensidade do trabalho realizado, a necessária coordenação de tarefas no trabalho de campo e a capacidade requerida de resolver dificuldades na aplicação do método escolhido, permitiram justificar, *a posteriori*, esta composição da equipa de investigação. Equipa que foi alargada com a inclusão de quatro bolseiras de apoio à investigação e que, no âmbito do desenvolvimento deste projeto, fizeram as suas teses de mestrado e, para duas delas, os seus projetos de investigação para doutoramento, atualmente em fase avançada.

Este projeto ganhou forma e conteúdo a partir de uma forte motivação da equipa e do apoio inicial dado pelo Prof. John Veit-Wilson da Universidade

de Newcastle. Sem as conversas iniciais que membros da equipa tiveram com este sociólogo, com grande obra feita e publicada nesta área para o Reino Unido, dificilmente este projeto veria a luz do dia. Este apoio continuou ao longo da investigação, tendo sido sempre possível, animador e estimulante escutar as suas opiniões nas várias reuniões e *workshops* em que participou. Foi também importante a opinião avisada e crítica de duas economistas com obra feita nesta área: a Prof.<sup>a</sup> Manuela Silva, professora universitária pioneira dos estudos sobre a pobreza em Portugal, e a Dr.<sup>a</sup> Eduarda Ribeiro, autora do primeiro orçamento de referência oficial construído para Portugal, em 1969, e que ainda hoje é a origem empírica do valor dos rendimentos mínimos em Portugal.

A metodologia usada neste estudo baseia-se, e replica com as devidas adaptações, a que é usada para calcular o rendimento mínimo-padrão no Reino Unido: método Minimum Income Standard (*MIS-RU*), desenvolvido pelo Prof. Jonathan Bradshaw (Universidade de York, RU), no centro de investigação Family Budget Unit (FBU), e pelos investigadores do Centre for Research in Social Policy (CRSP) da Universidade de Loughborough (RU), num projeto financiado pela Fundação Joseph Rowntree. O apoio desta equipa do CRSP (em particular da Dr.<sup>a</sup> Abigail Davis e do Prof. Donald Hirsch) e o acompanhamento e aconselhamento por eles dados ao longo do projeto foram de um valor inestimável, dada a grande complexidade técnica das tarefas e do necessário rigor dos *timings* das etapas e da sua articulação.

A metodologia utilizada neste estudo combina, para a estimação do nível adequado do rendimento familiar, o *método consensual* dos padrões orçamentais (em que o conteúdo do orçamento é determinado por pessoas comuns, ouvindo-as através da sua participação em grupos de discussão) e a *abordagem normativa de peritos*. Foram cruciais, relativamente a esta abordagem, os pareceres técnicos muito detalhados dados pelos peritos na área da nutrição (Prof. Pedro Graça e Prof.<sup>a</sup> Maria João Gregório, da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto), da habitação e energia (Prof. Manuel Duarte Pinheiro, do Instituto Superior Técnico) e da área da saúde (Dr. Vitor Ramos, professor da Escola Nacional de Saúde Pública e da Dr.<sup>a</sup> Filipa Manuel, da USF Marginal, do Centro de Saúde de Carcavelos).

Os participantes nos grupos de discussão foram essenciais neste projeto: da sua adesão voluntária e da sua vontade de participar nas discussões, aceitando as regras que o método exigia e contribuindo para a construção de consensos, resultaria a qualidade dos materiais gravados para transcrição e análise. Nos dois anos do trabalho de campo realizado (de janeiro de 2013 a outubro de



2014), participaram 212 pessoas, envolvendo dezenas de horas de gravações, em 31 grupos de discussão focalizada (*focus groups*) realizados em Vila Nova de Gaia, Beja, Lisboa (freguesia da Estrela), Vinhais (distrito de Bragança) e, principalmente (onde a maior parte do estudo foi realizado), em Vila Franca de Xira, localidade com características geográficas e sociodemográficas que justificaram a sua escolha para este efeito.

Este projeto não teria sido possível sem o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (projeto PTDC/CS-SOC/123093/2010).

O que são *orçamentos de referência*? São «padrões de despesa para diferentes tipos de agregados familiares, correspondentes a um dado nível de bem-estar» (Warnaar & Luten, 2009, p. 2) e, para o efeito, «contêm uma listagem de bens e serviços de que uma família com uma dimensão e composição específicas necessita para conseguir viver com um dado nível de bem-estar, bem como uma estimativa do correspondente custo mensal ou anual» (*op. cit.*, p. 5). Se esse nível de bem-estar for aquele que a sociedade considerar como nível mínimo aceitável, ou digno, os orçamentos de referência constituem um referencial para avaliar a adequação do valor do salário mínimo, dos benefícios sociais ou do valor do limiar de pobreza adotado numa certa sociedade. Mas o conhecimento do valor do *rendimento adequado*, nesta aceção, tem também utilidade informativa, permitindo, por exemplo, fundamentar o cálculo do valor das dívidas que uma dada família deve poder contrair, e desta forma ajudar no aconselhamento financeiro e de endividamento das famílias.

Foram várias as motivações para a realização deste estudo. Uma dessas razões foi a necessidade, amplamente reconhecida no meio académico e entre os técnicos, de dar fundamentação ao conteúdo normativo de uma linha de pobreza para Portugal e, portanto, para que esse valor possa ser objeto de discussão pública. O indicador de pobreza monetária utilizado correntemente na União Europeia, utilizado pelo EUROSTAT e, naturalmente, em Portugal, é uma medida de pobreza monetária relativa, assente num limiar de pobreza calculado como uma percentagem (60%) do rendimento familiar mediano por adulto equivalente no país de referência. A linha de pobreza assim estimada está portanto desligada de uma avaliação normativa do rendimento adequado para viver em sociedade.

Esta orientação, para a qual este estudo pretende contribuir, tem grande relevância quer para a medição da pobreza quer para a discussão pública da adequação dos valores mínimos para as prestações sociais. Importa referir que o Parlamento português aprovou em 2008 uma Resolução, recomendando ao governo a «definição de um limiar de pobreza em função do rendimento

nacional e das condições de vida padrão na nossa sociedade» (Resolução da Assembleia da República n.º 31/2008 aprovada em 4 de julho de 2008), na sequência de uma petição de vários cidadãos. Este facto constituiu uma forte motivação para a realização deste estudo.

A procura de formas alternativas à medição relativa da pobreza conduziu a um interesse renovado por métodos de cálculo de níveis adequados de rendimento na União Europeia. Nos últimos anos, as várias instâncias da União Europeia (Conselho Europeu, Comissão Europeia e Parlamento Europeu) têm vindo a realçar a importância da adequação e da sustentabilidade na condução das políticas de proteção social. Em particular, mais recentemente no âmbito do Pacote de Investimento Social, adotado em fevereiro de 2013, a Comissão Europeia propôs «estabelecer *orçamentos de referência* para ajudar a conceber um apoio ao rendimento adequado e eficaz que tenha em consideração as necessidades sociais identificadas aos níveis local, regional e nacional» [COM (2013) 83 final, p. 13, itálico nosso)]. Trata-se de um instrumento que se enquadra nas políticas sociais da União Europeia, no que respeita à importância que tem vindo a ser dada nos últimos 30 anos às políticas de inclusão social, e a recomendação de políticas de esquemas de rendimento mínimo. No Pacote de Investimento Social, a proposta da Comissão Europeia considera que os orçamentos de referência são instrumentos que os Estados-membros deveriam usar para conceber políticas de apoio ao rendimento que sejam eficientes e adequadas, e para facilitar a avaliação, em termos de adequação, dessas políticas. O objetivo de se garantir rendimento adequado para assegurar a dignidade humana em todas as fases da vida encontra-se presente no Pilar Europeu dos Direitos Sociais proclamado em 2017. A Comissão Europeia tem vindo a apoiar a construção de orçamentos de referência com esta finalidade. Por outro lado, os orçamentos de referência construídos para Espanha, Bulgária e Áustria em 2009 foram desenvolvidos por iniciativa da European Consumer Debt Network, direcionada ao problema do sobreendividamento e da exclusão social por razões financeiras.

A necessidade de comparação internacional, no contexto da União Europeia, levou a Comissão Europeia a decidir efetuar um estudo-piloto para a construção de uma metodologia sobre orçamentos de referência na Europa (Goedemé *et al.*, 2015a, 2015b), em que Portugal também participou (Pereirinha *et al.*, 2015) com a equipa que redige esta obra. A metodologia seguida nesse estudo seguiu o método utilizado no projeto *ImPRovE* (Storms *et al.*, 2013) desenvolvido no Centro Herman Deleeck da Universidade de Antuérpia. Inicialmente concebido para análise de comparação internacional de orça-

mentos de referência, esta metodologia constitui uma das grandes famílias de métodos de cálculo de orçamentos de referência em uso na União Europeia. Portugal participou, assim, num projeto envolvendo todos os países da União Europeia para a construção de orçamentos de referência, usando um método comum a todos esses países.

Temos, assim, dois estudos sobre orçamentos de referência em Portugal, feitos pela mesma equipa de investigadores, correspondendo a duas motivações distintas: por um lado, a de realizar um estudo aprofundado para a realidade nacional sobre o rendimento adequado, que a população que participou no estudo considera que permite uma vida digna, e que vamos designar por projeto *raP-Portugal* (Rendimento Adequado em Portugal), que seguiu o método *MIS-RU* (do CRSP da Universidade de Loughborough, RU); por outro lado, a necessidade de fazer integrar Portugal numa análise comparativa, ao nível europeu, de orçamentos de referência, que vamos designar por projeto *RB-Portugal* (Reference Budget), que seguiu o método *ImPRovE* (do Centro Herman Deleek da Universidade de Antuérpia, BE).<sup>1</sup>

Entre os países da União Europeia existe uma enorme diversidade de métodos de cálculo dos orçamentos de referência, tornando a sua comparação internacional uma tarefa difícil. Mas é uma tarefa aconselhável, e mesmo necessária, para os propósitos da política social europeia que acima se referiram. Daí a relevância de um trabalho de harmonização de métodos e o interesse em Portugal também participar nesse projeto, não obstante a necessidade de fazer a determinação de orçamentos de referência por um método que faça refletir melhor especificidades nacionais, que o método *ImPRovE* não permite contemplar, e que o método *MIS-RU* permite, como adiante se verá.

A presente obra destina-se a apresentar o projeto *raP-Portugal*, ainda que se façam, ao longo do texto, algumas referências pontuais ao projeto *RB-Portugal*, que se encontra descrito em Goedemé *et al.* (2015a) e em Pereirinha *et al.* (2015).

A quase totalidade dos países da União Europeia construiu já orçamentos de referência. Portugal é um dos países com orçamentos de referência construídos há mais tempo. Para além das experiências inovadoras dos primeiros

<sup>1</sup> Para uma comparação entre os dois métodos de construção de orçamentos de referência e os resultados obtidos para Portugal, veja-se Pereirinha, Pereira, Branco, Costa, e Amaro (2020). Para uma comparação entre diferentes perspetivas teóricas e métodos de construção de orçamentos de referência, veja-se Deeming (2017).

estudos realizados pela empresa CRGE (em 1951 e 1960) para os seus trabalhadores e, mais tarde, o estudo sobre o mínimo vital realizado para a população operária da CUF em 1960, o primeiro estudo oficial, completo, de um orçamento de referência foi realizado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério das Corporações e Previdência Social (que se designaria Ministério do Trabalho, após o 25 de abril de 1974) em 1965, revisto em 1969, como suporte da preparação da criação do salário mínimo nacional, previsto no IV Plano de Fomento (Pereirinha & Branco, 2013). Antes de Portugal, só temos a França (1952), a Bélgica (1953) e a Checoslováquia (1950). Ainda hoje o estudo realizado pelo GEP se mantém o único estudo de suporte do salário mínimo ou do IAS. A necessidade da sua revisão está, portanto, plenamente justificada. Este estudo destina-se a colmatar esta falta de informação.

O **capítulo 1** enquadra a investigação realizada, situando historicamente as diversas conceções de rendimento adequado que encontramos na história recente da política social em Portugal, a par da evolução das diferentes conceções de rendimento adequado que se encontram na literatura sobre orçamentos de referência e que estão presentes em diferentes experiências de cálculo de rendimento adequado em vários países, entre os quais Portugal. Faz-se referência à diversidade de métodos de determinação do rendimento adequado e a sua relação com estas diferentes conceções, permitindo enquadrar o método *MIS-RU* que se adota neste estudo.

No **capítulo 2** apresenta-se a metodologia do estudo realizado, explicando-se o que se entende por abordagem consensual e os fundamentos teóricos e metodológicos em que assenta. Destacam-se as diversas fases de elaboração do orçamento, o tipo de agregados familiares considerados, a forma como os grupos de discussão foram organizados, os principais resultados de cada fase e de que modo os *outputs* de uma fase entram como *inputs* na fase seguinte. A descrição mais detalhada do método vai sendo feita ao longo dos vários capítulos do livro, muito especialmente no capítulo 4.

O **capítulo 3** é central na análise, pois é onde se apresenta a forma como a conceção de *nível de vida digno* foi estabelecida com a participação da população nos Grupos de Orientação. Faz-se uma descrição dos fundamentos teóricos e normativos que guiaram esta fase do estudo, apresenta-se a matriz de necessidades *raP*, inspirada nas categorias de necessidades de Max-Neef *et al.* (1986) e nas capacidades combinadas de Nussbaum (2000), apresentam-se os principais resultados obtidos nos grupos de orientação e a definição, elaborada com base nestes, do conceito de *padrão de vida digno*, que guiou todo o trabalho nas fases subsequentes.

## ÍNDICE

|                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| APRESENTAÇÃO                                                                  | 5   |
| INTRODUÇÃO                                                                    | 9   |
| <br>                                                                          |     |
| CAPÍTULO 1 – RENDIMENTO ADEQUADO EM PORTUGAL:<br>EXPERIÊNCIAS E CONCEÇÕES     | 19  |
| 1.1. Necessidades humanas e dignidade                                         | 20  |
| 1.2. Mínimos sociais e necessidades humanas em Portugal                       | 22  |
| 1.3. Necessidades humanas e Assistência Social no Estado Novo                 | 23  |
| 1.4. O planeamento económico e as novas conceções sociais nos anos 1960       | 31  |
| 1.5. Os primeiros estudos sobre rendimento adequado em Portugal               | 33  |
| 1.6. Um rendimento adequado em Portugal: porquê este estudo?                  | 44  |
| 1.7. Cálculo do rendimento adequado: breve evolução dos métodos               | 46  |
| <br>                                                                          |     |
| CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO<br>DO RENDIMENTO ADEQUADO            | 53  |
| 2.1. A abordagem consensual dos orçamentos de referência                      | 55  |
| 2.2. As fases do projeto de investigação                                      | 58  |
| 2.3. Conceito de padrão de vida digno                                         | 59  |
| 2.4. O desenvolvimento dos orçamentos de referência                           | 63  |
| 2.5. Os tipos de agregados familiares e a utilização de vinhetas              | 73  |
| 2.6. A seleção das localidades para a realização dos grupos de discussão      | 78  |
| 2.7. O recrutamento e a seleção dos participantes para os grupos de discussão | 81  |
| 2.8. A composição dos grupos de discussão                                     | 85  |
| 2.9. Garantias de qualidade no funcionamento dos grupos de discussão          | 90  |
| <br>                                                                          |     |
| CAPÍTULO 3 – DEFINIÇÃO DE NÍVEL DE VIDA DIGNO<br>E A SUA OPERACIONALIZAÇÃO    | 101 |
| 3.1. A abordagem das capacidades de Amartya Sen e de Martha Nussbaum          | 103 |
| 3.2. Teorias das necessidades segundo Max-Neef e Doyal & Gough                | 108 |

|                                                                                                              |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.3. Uma tentativa de síntese: a matriz de necessidade <i>raP</i>                                            | 112 |
| 3.4. Os grupos de orientação e o nível de vida digno: uma visão consensual                                   | 114 |
| 3.5. Definição de nível de vida digno em Portugal e comparações internacionais                               | 131 |
| <br>                                                                                                         |     |
| CAPÍTULO 4 – A CONSTRUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DE REFERÊNCIA                                                       | 137 |
| 4.1. Os pressupostos dos casos                                                                               | 138 |
| 4.2. A opinião dos peritos: nutrição, habitação e saúde                                                      | 146 |
| 4.3. A observação dos preços e o cálculo da despesa mensal                                                   | 160 |
| 4.4. As categorias de despesa <i>raP</i> e a comparação imperfeita com as áreas de despesa observada no IDEF | 166 |
| <br>                                                                                                         |     |
| CAPÍTULO 5 – O VALOR DO RENDIMENTO ADEQUADO PARA OS VÁRIOS TIPOS FAMILIARES                                  | 169 |
| 5.1. Considerações gerais sobre o método                                                                     | 170 |
| 5.2. Valores do rendimento adequado por tipos de famílias                                                    | 173 |
| 5.3. Orçamentos de referência da população idosa                                                             | 175 |
| 5.4. Orçamentos de referência das pessoas em idade ativa sem filhos a cargo                                  | 183 |
| 5.5. Orçamentos de referência das pessoas em idade ativa com filhos a residirem consigo                      | 188 |
| 5.6. Uma análise comparativa dos vários tipos de famílias                                                    | 194 |
| 5.7. Considerações finais                                                                                    | 202 |
| <br>                                                                                                         |     |
| CAPÍTULO 6 – DISPARIDADES GEOGRÁFICAS                                                                        | 205 |
| 6.1. Apreciação do contexto                                                                                  | 207 |
| 6.2. Condições de dignidade de vida                                                                          | 212 |
| 6.3. Necessidades de habitação e seu conforto                                                                | 215 |
| 6.4. Necessidades de bens e serviços                                                                         | 217 |
| 6.5. Modalidades de acesso aos bens e serviços                                                               | 222 |
| 6.6. Aspectos conclusivos                                                                                    | 223 |
| <br>                                                                                                         |     |
| CAPÍTULO 7 – AS ESCALAS DE EQUIVALÊNCIA NO RENDIMENTO ADEQUADO                                               | 225 |
| 7.1. Economias de escala no consumo                                                                          | 227 |
| 7.2. Conceito e tipos de escalas de equivalência                                                             | 230 |
| 7.3. Métodos de determinação de escalas de equivalência                                                      | 232 |
| 7.4. Escalas de equivalência pelo método consensual (projeto <i>raP-Portugal</i> )                           | 235 |
| 7.5. Uma análise por categorias de despesa                                                                   | 237 |
| 7.6. Considerações finais                                                                                    | 242 |

|                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| CAPÍTULO 8 – RENDIMENTO ADEQUADO, DÉFICES<br>DE BEM-ESTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS                          | 245 |
| 8.1. Défice Social ( <i>DS</i> ) e Pobreza Relativa ( <i>PR</i> ) dos agregados familiares              | 247 |
| 8.2. Défice social: rendimento efetivo e rendimento adequado                                            | 249 |
| 8.3. Défice social e privação material                                                                  | 257 |
| 8.4. Rendimentos mínimos relevantes para a população idosa                                              | 259 |
| 8.5. Rendimentos mínimos relevantes para os indivíduos em idade ativa<br>sem filhos a residirem consigo | 263 |
| 8.6. Rendimentos mínimos relevantes para os indivíduos em idade ativa<br>com filhos a residirem consigo | 264 |
| CONCLUSÕES                                                                                              | 267 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS                                                                              | 275 |
| ANEXOS                                                                                                  | 285 |
| Anexo 1: Guião dos grupos de orientação                                                                 | 287 |
| Anexo 2: Guião dos grupos de verificação                                                                | 291 |
| Anexo 3: Quadros complementares do capítulo 5                                                           | 297 |
| Anexo 4: Quadros complementares do capítulo 7                                                           | 301 |
| Anexo 5: Quadros complementares do capítulo 8                                                           | 305 |
| EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO DO PROJETO <i>RAP-PORTUGAL</i>                                                   | 309 |